

1

O zero do sujeito

É àquele que não aprofundou a natureza da linguagem que a experiência da associação com números poderá mostrar, de imediato, o que há de essencial a aprender aqui, isto é, o poder combinatório que ordena seus equívocos, para neles reconhecer a mola própria do inconsciente.

Jacques Lacan, 1953b: 270

Não deveriam [...] as leis dos números manter com as do pensamento a mais íntima das conexões?

Johann Gottlob Frege, 1884: 105

1.1

O zero e a revolução científica do século XVII

É desconcertante verificar que a escrita arábica dos números não foi utilizada de forma definitiva senão a partir do Renascimento (KAPLAN, 2001:115). Há uma história da evolução da escrita dos números e esta pode ser vista como um percurso em direção a uma notação minimalista, que envolve a menor quantidade de símbolos possíveis e uma combinatória desses símbolos - e isso tanto para formar um número ele próprio quanto para possibilitar a realização das operações entre eles.

O ponto de partida, a enumeração para estabelecer relações entre quantidades (*Ibid.*: 46). A representação de cada objeto do mundo por um risco ou cada quantidade por um símbolo diferente apresentava um nulo ou baixíssimo grau de abstração, pois que toda operação com essas representações implica em que se conte cada unidade ou que se recorra à memória – inegavelmente o pior procedimento. Não se afasta disso a notação romana, pois não existe um algoritmo que possa ser aplicado sobre os “pedaços” dos números XLIII e XXIV que faça obter a soma LXVII através de, por exemplo, um alinhamento vertical. Nesse modelo, há ainda o problema representado pelos números grandes: houve, por exemplo, o esforço de Arquimedes em criar grandezas (*Ibid.*: 40) para essas mega quantidades, nomes, de forma que o pensamento pudesse de alguma forma acompanhar a contagem, imajando-as, para não se perder. Quando recebemos a

notícia de que algum sortudo acertou o prêmio da mega-sena sozinho não ficamos tentando “imajar” quanto seriam não-sei-quantos milhões, traduzindo em quantidade de algum objeto desejado ou simplesmente desistindo?

Quanto mais isso acontece, mais os números são *signos*, *i.e.*, representam alguma coisa (do mundo, uma quantidade) para alguém, guardando mínima articulação entre si. “Nome”, aqui, guarda uma relação muito íntima com a imagem, imagem que funciona como condição – e também como limite – do cálculo. O número que funciona como nome e é condição para a existência da coisa é exemplificado através do pensamento infantil, quando “muitas crianças recusam a ideia de que os números aumentam infinitamente [...] porque os nomes acabam” (*Ibid.*: 44).

A manipulação do que chamamos, acima, de “pedaços” só surgiu com a notação posicional aplicada à escrita cuneiforme babilônica, de base 60. Ela se apoia mais na articulação dos traços do que em seu papel de representação de coisas – articulação que os levará cada vez mais a serem tratados como *significantes* (como veremos adiante), perdendo, na mesma medida, a referência ao mundo.

Assim, em algum momento foi adotada a escrita do número da direita para a esquerda e a utilização de colunas, como a notação que temos hoje. Mas, para evitar a ambiguidade na leitura de uma sequência de, por exemplo, três estiletos, ou seja, decidir-se entre os valores 3, 62, 121 ou 3661, ou seja, decidir-se entre III (3), I II ((1x60)+2), II I ((2x60)+1), ou I I I ((1x60²)+(1x60)+1), tornou-se necessário, primeiro, espaçar os “dígitos”, decidir que sinais estavam em que coluna ou posição e, finalmente, resolver o problema da coluna vazia. Foi preciso, para isso, construir um símbolo para ficar, curiosamente, no lugar de coisa alguma: surgiu o zero.

São interessantes as hipóteses de Kaplan sobre a origem da grafia do zero como nós a conhecemos hoje – um círculo –, sobre suas aparições em outros campos que não a matemática e também sobre sua paternidade. Há dúvidas quanto a se a grafia do zero deriva da 1ª letra de ούδεν, “nada”, ούχ, “não” (*Ibid.*: 30), da 1ª letra de όβολο, um “quase” nada (*Ibid.*: 35), ou, ainda, da depressão deixada na areia pela retirada de uma ficha da tabela aritmética indiana ou grega – uma espécie rudimentar de ábaco (*Ibid.*: 57-59). Designado por vários nomes,

“quanto mais nomes ele tinha, menos era um número” (*Ibid.*: 54). Parece ter nascido em vários lugares, ou ter sido levado de um lado para o outro e assumido várias formas diferentes, transformado, antes de ter sua forma fixada. Gregos, árabes e indianos reclamam sua patente. Suas várias notações como, por exemplo, pontilhados sobre números, ou como consoantes grafadas, mas sem valor fonético, indicam que equivalentes do zero surgiram também sintática, semântica e foneticamente (*Ibid.*: 62). Mas para nós é mais importante o registro de como ele revolucionou a matemática e perturbou as mentes, uma vez que, não representando nada, não foi desde sempre tomado como um número. Foi “condição transitória de partes do tabuleiro” , “mais ação do que objeto, mais verbo do que substantivo” (*Ibid.*: 76) e até substantivo adjetivo (do indiano *sunya*, “vazio”). “Sem valor por si mesmo, mas concedendo valor por sua presença aos outros números” (*Ibid.*: 67), seu estatuto oscilou: como número na Índia de Brahmagupta, Mahavira e Bhaaskara, depois como sinal no Ocidente, para ser considerado como décimo algarismo, após.

Esse currículo reflete bem o imbróglio formado em torno do zero. Seu estatuto somente se estabilizou quando foi tomado definitivamente como a marca de uma ausência ao invés de ausência de qualquer marca, em uma definição muito próxima a de Lacan com relação ao desejo – afinal, esse nome não batiza a “presença” de um vetor no psiquismo sobre o qual podemos dizer que é vazio de objeto, uma vez que, no extremo, permanece sempre marcado pela insatisfação?

De todo modo, isso não se deu facilmente em absoluto no campo da matemática; utilizado nos cálculos, “deixava seus usuários desconcertados sempre que eles paravam para pensar no que estavam fazendo” (*Ibid.*: 37), e se os que lidavam com a matemática já eram olhados de banda, imagine se não seriam também acusados de feitiçaria, por “deixar o nada solto em um mundo que se pensava civilizado” (*Ibid.*: 59)! Nota-se aí um verdadeiro horror ao zero.

O desenvolvimento de uma linguagem para a aritmética e para a álgebra aproximou o zero e os números. Para isso, porém, foi decisivo mudar de questão: de querer saber “o que é” o zero para “como funciona” o zero (*Ibid.*: 81). Mas não foi só o estatuto do zero que mudou; com ele, mudou o estatuto dos números. O cálculo pareceu andar sozinho; a subtração levou aos números negativos e ficou

cada vez mais difícil manter a referência ao mundo: como imaginar -7 pessoas numa sala? (*Ibid.*: 81).

Kaplan aponta para essa mudança de paradigma, situando-a em algum lugar entre 500 e 1500 D.C., um processo que levou ao esvaziamento do aspecto representativo do número e à concomitante ascensão de seu aspecto cômico, *i.e.*, o número passou a ser a própria coisa, objeto da matemática. Como consequência dessa passagem da causa do número aos seus efeitos, deu-se o rompimento entre a escrita e imagens do mundo: afinal, que imagem para o produto de duas massas dividido pelo quadrado de uma distância?⁷ A matemática rompe com o sentido, e temos um exemplo disso quando verificamos como a solução de uma questão matemática caminha no sentido não de apelar para a visualização de uma situação, mas no de derivar novas regras a partir de uma combinatória já disponível: na determinação de a^0 tem-se que pedir ajuda às regras da divisão, pois se $a^{n-m} = a^n/a^m$, então para $a^0 = a^n/a^n = 1$. Há como ainda utilizar um pensamento ainda ligado ao sensível ou ao sentido e recorrer à multiplicação para dizer que $a^1 = a$, mas dizer que há imagem de a^0 – um número multiplicado por ele mesmo zero vezes! – e, pior, em dizê-lo igual a 1, é demais.

Mas Kaplan vai mais longe, faz do zero o protagonista desta imensa transformação que mudou o mundo, a passagem da primazia da representação à da combinatória de símbolos esvaziados de sentido – ou do signo ao significante: “o zero da notação posicional era o arauto de um reordenamento do espaço social e político” (KAPLAN, 2001: 101).

Reencontramos a tese de Alexandre Koyré subscrita por Lacan ao longo de todo seu ensino e que foi resumida por ele no célebre título “Do mundo fechado ao universo infinito”. No entanto, Koyré inverte essa lógica: foi uma profunda transformação espiritual que trouxe consigo uma revolução científica, no século XVII, e não o contrário (1982: 376). Ela implicou na superação de uma cosmologia baseada no aristotelismo (*Ibid.*: 22-45): um mundo hierarquizado, de coisas que pertencem a seus “lugares naturais”, embebido em considerações de valor, de harmonia e perfeição, de significação e desígnio, foi substituído por um

⁷ “Mas o *isso cai* só tem peso de subversão a chegar a quê? A isto e nada mais:

$$F = g \frac{mm'}{d^2}$$

[...] É isto que nos arranca da função imaginária [...] da revolução” (LACAN, 1972-73: 49).

espaço geometrizado, uma vez a matemática tendo sido tomada como a linguagem da física, a chave para a compreensão da natureza (*Ibid.*: 73). Dizer que a natureza está escrita em caracteres matemáticos (*Ibid.*: 166), além de dizer que não cabe mais falar em qualidades, é também dizer que a matemática é o próprio tecido de que são feitas as coisas.

Afirmar, como faz Koyré, que a revolução científica moderna acompanhou o advento de uma nova forma de ver a realidade é constatar que a utilização da linguagem matemática não foi determinada pela experiência, mas o contrário. E foi uma escolha. A física é feita a priori e a teoria precede o fato (*Ibid.*: 154). Foi ainda preciso, num último movimento, que as imagens nas quais se apoia a geometria fossem abandonadas em prol das fórmulas e das equações da álgebra, para que a ciência encontrasse uma linguagem de pura combinatória. O importante é que entre outros produtos da revolução científica – como o decaimento da “obsessão pela esfera” e a vitória da ideia de um espaço infinito –, temos a aceitação da existência do vácuo: o zero aqui apresentado como produto da linguagem, da linguagem matemática.⁸

1.2

A natureza do número

Uma vez os números tornados instauradores de experiências, fundadores de existências ao invés de delas depender, pode-se interrogar qual seu estatuto próprio. Acompanharemos, neste sentido, o esforço de Frege de fundamentar a aritmética através lógica, perseguindo uma definição dos números que derivasse inteiramente da análise de equações matemáticas, ou seja, de proposições lógicas que contêm números, o que foi tentado em seus *Fundamentos da Aritmética* ([1884]). Tomando como questão a natureza do número, discutiu inicialmente a relação entre este e o mundo – os objetos. Porque o número, diz, não é derivável da experiência, não é físico, não está nas coisas, a aritmética, como vimos, não tem relação com as sensações (*Ibid.*: 89). Não é possível, portanto, ver zero estrelas no céu, nem obter imediatamente o número quatro da visão de uma

⁸ Vale notar que, apesar da revolução científica, o senso comum ainda é o medieval aristotélico, uma vez que baseado no sensível e, por isso, antimatemático (*Ibid.*: 185).

palavra de quatro letras – sem que a quantidade de letras surja como questão, primeiro. O número é objeto objetivo, por ser “o mesmo para todos que com ele se ocupam”, mas nem por isso pode-se dizê-lo exterior ou interior (*Ibid.*: 137). Também não é representação de uma unidade (um objeto) do mundo, pois, se fosse, teríamos que utilizar marcas distintivas para escrever $1+1=2$, uma vez que se trataria de referenciar dois objetos distintos no mundo; ou seja, grafar, por exemplo, $1'+1''=2$, seria errôneo: pois que há apenas um único 1 na matemática, este sendo um nome próprio. Frege sai desse “embaraço”⁹ dizendo que o que pode ser abstraído dos objetos é um “conceito” e este, sim, é portador do número (*Ibid.*: 129). Então, uma proposição como “são doze os meses do ano” é decomposta em: o conceito “meses do ano”, objetos que cairão sob ele (os meses do ano), e o número atribuído a esse conceito (12). Essa operação reflete a obsessão de Frege pelo formalismo que levou-o ao desenvolvimento de uma conceitografia. (*Cf.* [1969]).¹⁰

Miller (1990) sublinha dois detalhes do sistema de Frege:

a) O 1 obtido através de um conceito qualquer que subsuma um objeto do mundo é somente a unidade que constitui o número enquanto tal e não o número 1 como nome próprio, como coisa matemática, pois aí ele está sendo derivado da experiência e não inteiramente da lógica como deveria ser para se sustentar como objeto matemático (*Ibid.*: 59).

b) Essa unidade do mundo surge por uma operação que geralmente passa despercebida que é a da transformação da coisa em objeto através da captura, na coisa, somente daquilo que é o suporte de sua identidade consigo mesma, permitindo que caia sob um conceito – quando o pertencimento a um conceito, como elemento, é condição *sine qua non* da existência de um objeto (*Ibid.*: 57).

Ou seja, há uma anterioridade lógica do conceito em relação ao objeto: assim Frege se descola da origem empírica do número, uma vez que é o conceito

⁹ “(...) nosso embaraço: necessitamos da igualdade; por isso o 1; necessitamos da diferença; por isso os índices, que infelizmente apenas suprimem de novo a igualdade” (FREGE, [1884]: 122).

¹⁰ Seus frutos foram colhidos, por exemplo, pela ciência da computação na forma de escrita de rotinas ou funções – procedimentos que aceitam argumentos e que, após processamento, cospem um valor (número, etc.) ou um valor de verdade (V ou F): submetendo o argumento “fevereiro” à rotina é-mês-do-ano(), obtém-se V como resposta.

que realiza a composição do objeto a partir da caoticidade do mundo. Não encontramos exemplo melhor do que uma palavra emitida para vir dizer o que é um determinado borrão de tinta: “veja assim e assim, é um cavalo”, e, subitamente, um cavalo passa a existir, extraído de um fundo. Seria válido dizer que o cavalo estava lá antes do borrão ser assim nomeado?

Do primeiro detalhe citado por Miller, Frege concluiu que para obter o número 1 como nome próprio ele deveria construí-lo a partir do zero, uma vez que eliminaria a questão da referência ao sensível ([1884]: 148) em tanto que o zero é o número atribuído a um conceito sob o qual não cai nenhum objeto. Utilizando o segundo aspecto, o zero é então atribuído ao conceito “não idêntico a si mesmo”, conjunto vazio (*Ibid.*: 146) \square – e obtido com a grafia do 0, também $\{\}$ ou \emptyset . Uma vez que o zero já consta como nome próprio, o 1 é definido a partir dele, através do conceito “idêntico a 0”, conjunto que terá somente um elemento, o zero, como acima definido (*Ibid.*: 148): $1 = \{\{\}\}$ ou $\{\emptyset\}$. A definição dos números inteiros segue, então, pela fórmula que, tendo como protótipo $n+1$ (*Ibid.*: 148), lança sempre mão desse um “fora do conceito” que faz com que, em última instância, o zero seja sempre convocado nessa passagem (de n para $n+1$).

Há uma forma mais simples, porém mais enigmática, de se obter o 1 a partir do zero: pegue um certo número de fichas numeradas; chame o produtório delas de R ; jogue-as dentro de uma caixa dividida em duas partes, A e B ; o produtório das fichas que caírem em B (q) multiplicado pelo produtório das fichas que caírem em A (p) deve ser igual a R , qualquer que seja a distribuição ($R=p*q$); Se todas as fichas caírem em A , teremos $R=p$ e, assim, embora B contenha zero fichas, q deverá ser igual a 1 – para espanto de todos! (KAPLAN, 2001: 194-195)

Esse raciocínio faz do zero a coisa mais simples que o psiquismo pode agarrar. Percebe-se então como o princípio de identidade, um dos pilares da lógica que Frege utilizou para sustentar a aritmética, encontra no zero ao mesmo tempo um problema e uma solução, tendo em vista que é pelo seu advento que aquilo que não existe, ou seja, aquilo que o sistema deixaria de fora por não satisfazer ao princípio – por não ser idêntico a si mesmo –, encontra sua existência na forma de número e dá a base para a existência de todos os outros.

Percebe-se que Frege constrói seu sistema excluindo o sujeito psicológico como suporte necessário das funções de unificação do sensível em unidades e sua

passagem por coleções até a geração do número. Mas, “se se aceita que o sujeito, em sua função mais essencial, não se reduz ao psicológico” (MILLER, 1990: 57), é no zero que devemos procurá-lo.

1.3

O estatuto da palavra e o sujeito

Em Freud, apesar de não formulado como conceito, o sujeito esteve desde o início, sendo anterior até mesmo ao inconsciente, que foi criado como hipótese justamente para responder à questão da responsabilidade subjetiva no sintoma (CABAS, 2003: 219).

O sintoma pode ser pensado de diferentes maneiras, mas parece haver um modelo básico que se vale de um corte realizado sobre o doente e que define dois polos. Na medicina, por exemplo, temos um corpo – como uma pureza a ser restituída – e um agente como causa da doença, um intruso a ser eliminado.

Freud deu outro destino a esse modelo: como causa do sintoma, ao invés de lugar de algo a ser expulso, imputou¹¹ pensamentos inconscientes reveladores do próprio sujeito, assim como fez com outros fenômenos do cotidiano, como os sonhos, os chistes, os esquecimentos, os atos falhos, etc. (LACAN, 1966: 845) Para Lacan, os pós-freudianos tomaram esses pensamentos como os de um outro “eu” ou de um “eu mau” (LACAN, 1957: 527) e, utilizando o modelo anterior, mantiveram a cura como uma ortopedia, ou melhor, um exorcismo. O inconsciente acabou também sendo tomado pela sede de supostos instintos, pela expressão de um biológico (LACAN, 1957: 496), levando Lacan a reler Freud para mostrar que levá-lo a sério implicaria em não abandonar a expressão “pensamentos inconscientes” assumindo-se que “ao definir o inconsciente por pensamentos e não por forças obscuras ou representações imperceptíveis, recoloca-se [...] a questão do sujeito desses pensamentos” (COTTET, 1987: 12). Qual a natureza desses “pensamentos”, qual a relação que mantêm com o sujeito?

¹¹ Por ser tão contrária ao senso comum, essa escolha teve que ser sustentada por Freud e deve ser sustentada a cada sessão, a ponto do psicanalista não poder ficar de fora do conceito de inconsciente – o que quer dizer que o inconsciente não é algo com existência independente, mas resultado de uma posição ética (LACAN, 1966: 848).

Freud submeteu os sintomas a um dispositivo que os fez falar (LACAN, 1964: 18). Mas, para tanto, assumiu que eles estavam compostos em uma linguagem com lógica própria.

Lacan não viu nisso a postulação de uma linguagem rudimentar, mas sim de uma combinatória específica. A indicação de Freud foi a de que as imagens oníricas, não deviam ser tomadas como símbolos pré-definidos mas tomadas umas em relação às outras (LACAN, 1957: 514), desfazendo-se as condensações e os deslocamentos que foram aplicados a estas pelo trabalho do sonho. Ainda, a forma como o inconsciente articula essas imagens como pedaços de frases revela uma “química de sílabas” e a equivalência entre imagem e palavra: Freud antecipou as formalizações da linguística (LACAN, 1957: 516) e faltou pouco para que ele próprio pudesse dizer que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1964: 25).

Segundo Milner, Saussure, insatisfeito com a linguagem técnica da linguística decide “fundá-la em razão e em conceitos” (MILNER, 2003: 20). A língua é então tomada como um sistema de signos (*Ibid.*: 24). Mas esse signo não se inscreve no modelo representacional – aquele para o qual o signo é um som que representa uma coisa ou ideia: Lacan não cansou de destacar o fato de que o significante, o elemento sonoro, pode ser tomado desatrelado de um significado, uma vez que este último é um problema em aberto em Saussure (aula do dia 16/12/64). A revolução é a de que, uma vez o significado tendo sido tomado como efeito da articulação entre significantes e não algo que já estava lá, antes, o significante que não representa nada é que, articulado, produz uma versão da realidade. Se “ser diferente de todos os outros” é a única propriedade de cada signo (MILNER, 2003: 38) – i.e., de cada significante –, seu único suporte existencial (*Ibid.*: 37), o mundo pôde ser apresentado a um tipo de entidade jamais vista: não uma unicidade, mas uma entidade sobredeterminada, cruzamento vazio de muitos signos e, por consequência, “não centrada ao redor de um ponto íntimo de identidade consigo mesmo” (*Ibid.*: 42).

Uma análise pode fazer surgir a estrutura do psiquismo como articulações significantes dispostas em uma rede, uma vez que, ao invés de cedermos à ilusão de um discurso uníssono e coerente de uma fala unidimensional (horizontal) que se justifica por completo, não se deve desconsiderar, em cada ponto da fala, “tudo

o que se articula de contextos atestados na vertical [...] desse ponto” (LACAN, 1957: 503), como num pentagrama musical.

Se levarmos a sério o que dissemos até aqui, então o que quer que seja esse bolo de carne que vem ao mundo, seu ser real, estará sempre em exclusão interna à estrutura, uma incógnita para sempre articulada à estrutura originada do contato “d’isso” com essa “chuva de tratamentos” – entendida como articulações significantes – que esses outros prévios – resumidos em uma forma impessoal denominada por Lacan de “o Outro” – lhe dispensam.

Se a linguagem já foi comparada a um vírus, algo invasivo¹², é porque podemos encenar a entrada do homem no mundo como um assalto provocado pelo Outro: Ele só autoriza uma vida privada da bolsa, de ser real. No início, o que há é uma escolha forçada: a aceitação desses significantes que lhe salvam a vida. Essa alienação ao significante quer dizer que o homem não é causa de si mesmo (LACAN, 1966: 854), pois que na mão do significante ele se perde de si (*Ibid.*: 853). Mas, ao mesmo tempo, isso só se dá se o Outro se reconhece como incapaz de nomeá-lo (o sujeito) totalmente. Só assim ele pode experimentar-se também como faltante, pelo surgimento desse “espectro” como sendo o que ele seria se estivesse descolado do significante, se não tivesse entrado na linguagem – mas que só pode ser pensado a partir dela¹³. Então erraríamos se pensássemos que esse espectro é de uma ordem estranha ao significante: ele só surge por relação a esse último.

Como resultado dessa “separação”, o sujeito permanece dividido: quando representado por um significante, toma consistência pontualmente, porque, logo, age essa parte não capturada nele, que faz com que o significante que o representa clame por outro: o saber sobre si só pode ser procurado no Outro. Se “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1960: 833), então o sujeito do inconsciente é essa pura hiância (LACAN, 1964: 30) e permanece como indeterminado, uma vez que, com um pé na cadeia e outro fora dela, pode-se sempre adicionar um significante a mais para buscar novas

¹² “Se imaginamos o corpo vivo fora da linguagem, sua imersão na linguagem é um traumatismo. Tomem um animal selvagem, mergulhem-no em um meio humano, verificarão os efeitos traumáticos dessa imersão. A domesticação borra o esplendor do animal selvagem. Certas espécies selvagens morrem pelo traumatismo do significante” (MILLER, 1994: 22).

¹³ “Eu não sou lá onde sou joguete de meu pensamento; penso naquilo que sou lá onde não posso pensar” (LACAN, 1957/1998: 521).

significações que traduziriam a sua verdade por completo (BRODSKY, 2001: 145-146).

Mas, uma vez separados dessa forma verdade e saber, o que dizer da substância do sujeito, já que assim ele não pode afirmar coisa que seja? A solução encontrada por Descartes foi a de restaurá-la, concedendo ao sujeito o estatuto de uma substância pensante: sujeito e verbo, sem predicado. Apelou para um Deus garantidor de um saber no real como alcançável (LACAN, 1964: 39) para estancar o deslizamento infinito da dúvida: um artifício, já que é contestável que uma vez havendo o pensamento há o ser e vice-versa. Então, uma vez tendo criado o sujeito (LACAN, 1966: 873), a ciência o deixou para a psicanálise: esta “opera sobre aquilo que o saber se vê obrigado a excluir do seu universo para poder constituir-se como ciência” (CABAS, 2009: 218), exclusão necessária para que os saberes possam levar a marca de universais.

Olhamos de perto essa sutura (MILLER, 1990: 55) realizada pela ciência, chamando de volta o procedimento de Frege da criação do um a partir do zero. Antes, o que é o zero senão uma materialidade, uma marca, o nome de um hiato que se delimita ($\{\}$)? Em que se suporta ele senão na exclusão do princípio da identidade, senão naquilo que não é idêntico a si mesmo? E o que é isso senão o sujeito da ciência, ou seja, aquele que não afirma nenhum saber sem selar a sua própria desapareição?: é assim mesmo que surge o um, quando o zero, já nome próprio, é contado ($\{0\}$), e então o princípio da identidade pode introduzir-se, dar as caras. Dessa forma, a linguagem matemática nasce de uma operação sobre a linguagem, que elimina desta a propriedade intrínseca ao significante de não ser idêntico a si mesmo, e assim, “o sujeito é o termo da cadeia que suporta o <<não idêntico a si>> de todo termo da cadeia [...] Isso somente mediante o esquecimento estrutural deste termo em eclipse incessante” (MILNER, 2003: 170). A relação do sujeito ao significante é equivalente à relação do 0 ao 1 (LACAN, aula do dia 27/01/65), uma vez que a presença desse algo não idêntico a si é, a cada solicitação de um significante a mais (um saber a mais sobre si), evocada e expulsa.

Esse “sujeito não saturado, mas calculável” (LACAN, 1965: 877) é o sujeito sem substância da psicanálise, teoria que, assim, separa-se de qualquer psicologia por não tomar como sujeito aquele do conhecimento, aquele da

consciência (LACAN, 1960: 809). A psicanálise apresenta-se como a única teoria a privilegiar o polo “palavra” da semiótica – em relação à ideia (imagem ou sentido) e à coisa (p.ex., o biológico), e vimos algumas consequências disso: se o sentido é efeito da palavra e não sua causa, fica em xeque a noção de um sujeito que utiliza a linguagem como uma ferramenta e para o fim exclusivo de comunicar ideias ou intenções, estas estando, assim como o sujeito, fora da linguagem: não há esse lugar. Nunca é demais marcar que o sujeito da psicanálise, apesar de ser um espectro daquilo que se seria antes de se ser capturado pela linguagem ou daquilo que não foi capturado, é, no entanto, produto, segundo, em relação ao encontro do corpo vivo com o Outro, nunca dele independente ou anterior.

Uma vez equacionado o sujeito em termos significantes, fica vedada qualquer expressão do biológico sobre o psiquismo, o biológico, ele sim, ficando de uma vez por todas afetado pelo significante, enredado: o “dom” para tal e qual coisa não é concedido por Deus ou determinado pela DNA, mas transmitido através da linguagem por seus caminhos sutis. Um exemplo que podemos dar disso é a de uma malha de saberes técnicos – significantes, portanto – se imiscuindo no braço – como corpo vivo – daquele que será um escultor, através de um processo de aprendizagem. Verifica-se que essa intrusão da linguagem causa uma mortificação¹⁴, uma vez que “braço de escultor” é tão-somente um funcionamento que pode ser formalizado de modo a dispensar a referência ao corpo vivo (MILLER, 2010: 162), como o faz um software portátil ou “aberto”.

Até o presente momento bastou-nos ter examinado como “a psicanálise sabe que isso pensa antes de entrar na certeza” (LACAN, 1964: 40).

¹⁴ “Quando queremos atingir no sujeito [...] aquilo que é primordial no nascimento dos símbolos, vamos encontra-lo na morte” (LACAN, 1953: 321).